

FEDERALIZAÇÃO DA FRONTEIRA: A CRIAÇÃO E O PRIMEIRO GOVERNO DO AMAPÁ (1930-1956)

FEDERALIZATION OF THE BORDER:
THE CREATION AND THE FIRST GOVERNMENT OF
AMAPÁ (1930-1956)

Sidney da Silva Lobato
Universidade Federal do Amapá

Correspondência:

KM-02 - Rod. Juscelino Kubitscheck - Jardim Marco Zero,
Macapá - AP, CEP: 68903-419
E-mail lobato.sidney@yahoo.com.br

Resumo

Neste texto, analisamos o processo de redivisão territorial do Brasil que resultou na criação do Amapá e o projeto modernizador do primeiro governador deste Território Federal. Nas décadas de 1930 e 1940, o otimismo nacionalista e o intervencionismo estatal ensejaram a rápida efetivação de ações ligadas à segurança nacional e à reorganização das populações da Amazônia, segundo a racionalidade técnica. A criação do Amapá foi uma destas ações e era o objetivo do seu primeiro governo incutir no “caboclo” uma nova ética, a ética do trabalho.

Palavras-chave fronteira; política; Amazônia.

Abstract

In this text, we analyze the Brazil's process of the fixing boundaries that resulted on the creation of the Amapá and the first territorial government's modernizing project. On 1930' and 1940', nationalist optimism and state interventionist rapid realization of the national security actions and of the Amazon population's organizing, according technic rationality. Creation of the Amapá was one of this actions and educating “caboclo” according work ethic was the first territorial government aim.

Keywords: frontier; policy; Amazon.

Introdução: a redivisão territorial do Brasil

Após longo processo de debates políticos, o governo federal decidiu criar os territórios federais de Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã, Iguazu e do Amapá. Publicada em 13 de setembro de 1943, esta decisão se apoiava na constituição de 1937, que definia os territórios como áreas diretamente administradas pelo governo federal (Art. 4 e 6). Mas, antes mesmo de 1937, várias propostas de redivisão territorial do Brasil já haviam sido feitas. Logo após a Independência do Brasil iniciaram as discussões sobre este tema. Nos primeiros anos do Período Republicano, a possibilidade do aparecimento de um poder central forte sucumbiu diante do fortalecimento da autonomia administrativa dos estados e do arranjo político que garantiu a concentração de poder nas elites de Minas Gerais e São Paulo. Este quadro intimidava qualquer iniciativa de subtrair das unidades federadas parte de suas terras.¹

A velha divisão — que tinha suas origens nas capitânicas hereditárias e nas bandeiras — passou a ser muito criticada nas décadas de 1930 e 1940 do século XX. Propostas então surgiram para fortalecer a ideia de que a boa gestão dos recursos e do território dependia do aparecimento de novas unidades político-administrativas. O alvo principal das críticas eram os estados considerados demasiadamente grandes e quase despovoados: Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás.² Este fortalecimento tem relação direta com a formação de um Estado nacional cada vez mais centralizador e intervencionista, após a chamada Revolução de 1930. A partir deste fato, o poder de Getúlio Vargas ganhou novas e progressivas proporções. Inicialmente, Vargas exerceu o poder como chefe de um governo provisório (1930-1934); em seguida, com a promulgação da segunda Constituição republicana, em 1934, ele passou a ser presidente constitucional, eleito pela Assembleia Constituinte (1934-1937); finalmente, com a institucionalização do Estado Novo, ele pôde governar como ditador — de 1937 a 1945.³

Além disto, nos anos 30 e 40, formou-se uma atmosfera de grandes e rápidas mudanças na sociedade brasileira. Os processos de urbanização e de industrialização e a nova política de desenvolvimento social que o Estado criava deram vigor a uma visão mais otimista do Brasil. Neste novo quadro, as teorias racistas — que viam indígenas, negros e mestiços como empecilhos à modernização do país — caíram em descrédito. O projeto varguista de criação de um novo homem brasileiro não se fundamentava no branqueamento da população ou na imigração de europeus, mas na ampliação do intervencionismo do Estado em áreas como a educação e a medicina social. Ou seja, as diretrizes do governo federal não mais se baseavam

¹ VIANA, João Segadas. Divisão territorial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 2, nº 3, de julho de 1940, p. 372-406.

² FREITAS, A. Teixeira de. A redivisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 3, nº 3, de junho a setembro de 1941, p. 533-554.

³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

na ideia de que o atraso socioeconômico brasileiro era causado pela inferioridade racial dos brasileiros. A organização de um mercado de trabalho nacional era a base de uma política que tinha como objetivo ampliar ao máximo o acesso dos trabalhadores aos bens de consumo.⁴

No pós-1930, muitos intelectuais e políticos abandonaram a perspectiva dos determinismos raciais e ambientais, e passaram a atribuir o “atraso” de grandes regiões como a Amazônia ao descaso dos representantes do Estado liberal, supostamente vigente na Primeira República (1889-1930). Tal descaso teria feito com que esta região ficasse a mercê dos poderes locais (constituídos por seringalistas decadentes e latifundiários) que não reuniam as condições necessárias para alavancar o seu desenvolvimento econômico. Para muitos daqueles que viviam as tensões em torno da crise do liberalismo no Brasil e no mundo, o governo federal, usando as técnicas modernas de gestão e de produção, deveria intervir na Amazônia para aí criar uma mínima ordem socioeconômica capitalista. Em outras palavras: a denúncia do atraso da região amazônica servia para justificar a intervenção técnica do Estado.⁵ Por exemplo, no livro *Territórios Federais* (de 1944), o jurista Océlio de Medeiros apresentou como causa do “atraso” amazônico a incapacidade dos poderes locais e estaduais de desenvolver a região. Para Medeiros, a desproporção de tamanho territorial entre os estados e a total autonomia destes para administrar espaços às vezes muito vastos prejudicava o equilíbrio da nação. Remediar este desequilíbrio seria tarefa legítima da União. O influente pesquisador Everardo Backheuser defendia uma “*equipotência dos Estados*” — algo como um tamanho equivalente de território, população e riquezas.⁶

O otimismo nacionalista do pós-30 tinha como cerne a crença na viabilidade da construção no Brasil de uma nação moderna a partir das forças produtivas internas. Ao lado do nacionalismo, a crescente influência dos militares na cúpula governamental federal fortalecia o projeto de consolidação nacional por meio da integração econômica. Isto também favorecia a aceleração da efetivação de medidas ligadas à segurança nacional, como a criação de novos Territórios Federais nas áreas de fronteira. O Exército transformou-se no principal esteio da ordem política instituída pela Revolução de 1930. Em 1937, quando já havia passado por um processo de renovação e fortalecimento de sua cúpula, o Exército propugnava o desenvolvimento econômico, a indústria de base, a exportação, as estradas de ferro, o fortalecimento das Forças Armadas, a segurança interna e defesa externa.⁷

⁴ GOMES, Ângela de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; e GOMES, Ângela de Castro (orgs). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 151-166.

⁵ REIS, Arthur César Ferreira. A valorização da Amazônia. In: *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994, p. 113 (a primeira edição foi lançada em 1957).

⁶ MEDEIROS, Océlio. *Territórios Federais*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1944.

⁷ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 99.

No relativo à segurança das zonas fronteiriças, a preocupação dos militares cresceu durante a Segunda Guerra Mundial, gerada pelo choque de projetos imperialistas de países industrializados. Comentando um discurso de saudação proferido por Getúlio Vargas aos novos aspirantes a oficiais da Reserva do Exército, o professor da Escola Militar Idelfonso Escobar ressaltou que *“na hipótese de um bloqueio naval de nosso litoral, os Estados do extremo norte do país — Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas — encontrar-se-iam em precária situação estratégica, isolados e privados de receber recursos militares, pela supressão da única via de comunicações existente entre eles e os Estados do sul”*.⁸

Foi dentro de uma atmosfera de otimismo nacionalista e de centralização política que os novos Territórios Federais (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu) foram criados em 13 de setembro de 1943. Durante a Primeira República, os Estados, fortalecidos pela lógica federalista da política brasileira, dificilmente consentiriam a subtração de parte de sua base territorial. No pós-30, Vargas minimizou esta possibilidade de resistência através dos interventores federais (governadores estaduais escolhidos diretamente pelo presidente), por meio dos quais ele influía na vida política dos Estados.

As reações ao fracionamento dos estados precisam ser mais bem estudadas. Sabemos, porém, que sempre que se levantava a questão de dividir grandes unidades consideradas mal povoadas uma forte reação regionalista se levantava. Estas reações ocorriam principalmente nas capitais, onde as classes dirigentes estaduais ficavam temerosas de perder prestígio político. Vilas e pequenas cidades interiores, não raro, manifestavam-se pela autonomia, por se perceberem como a parte esquecida e desamparada pelos gestores estaduais (ou provinciais, antes de 1889). É o que se pode notar no estudo da história dos núcleos de povoamento que, em 1943, formaram o Território Federal do Amapá. Sem a pretensão de apresentar uma análise exaustiva, faremos uma rápida digressão a este respeito.

Sonhos de autonomia

Em 1853, Candido Mendes de Almeida e outros deputados apresentaram à Assembleia Geral Legislativa do Brasil um projeto de lei que propunha a criação da província de Oyapóckia. O projeto encontrou ressonância na população de Macapá: moradores deste lugar fizeram uma representação, solicitando àquela Câmara a aprovação da proposta. Uma vez que o projeto demorava muito para virar lei, em 1870, uma nova representação foi feita e foi assinada por 387 macapaenses. Neste documento, os assinantes rebatiam os argumentos usados por aqueles que se negavam a concordar com a criação de Oyapóckia. Argumentos que se baseavam na ideia de que as terras da referida cidade ofereciam muitos perigos à saúde, especi-

⁸ ESCOBAR, Idelfonso. *A marcha para o Oeste: Couto de Magalhães e Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: A Noite, 1941, p. 64-65.

almente as frequentes febres palustres (malária). Segundo os críticos, águas paradas em pântanos e lagos eram a causa dos numerosos acessos febris que a população de Macapá sofria. Para piorar esta imagem negativa, era corrente a opinião de que os córregos e igarapés que cortavam a cidade estavam contaminados pela seiva de uma planta venenosa (o assacuseiro), que supostamente era comum neste lugar.⁹

Na mencionada representação, os macapaenses destacavam que Macapá não possuía pântanos e era cortada por dois igarapés (um que passava ao sul, ao lado da Fortaleza de São José, e outro ao norte, chamado “*das mulheres*”). As áreas chamadas de pantanosas eram na verdade as várzeas dos referidos igarapés. Destacavam também que nas várzeas não havia assacuseiros. Os macapaenses argumentaram que também que as causas da endemia de febre palustre era a falta de higiene das casas (feitas na maioria de taipa) e a inexistência de um serviço regular de coleta do lixo urbano. Acusaram os “*homens da capital da Província*” (os belenenses) de fazerem uma campanha contra a criação de Oyapóckia: tanto demonstravam desprezo, quanto difundiam mentiras acerca da (falta de) qualidade de vida em Macapá. O texto da representação termina destacando o descaso da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em relação às necessidades da cidade, pois a manutenção dos prédios públicos (casa de alfândega, cadeia, casa da câmara e matriz) era feita exclusivamente pelos assinantes. Porém, o projeto de criação da nova província ficou parado nas gavetas dos deputados da Assembleia Geral Legislativa do Brasil, assim como os abaixo-assinados dos moradores de Macapá. Latente ficava o desejo da autonomia e a insatisfação com a ausência de investimentos públicos provinciais para a melhoria da vida dos macapaenses.¹⁰

Não foi apenas em Macapá que se nutriu o sonho da autonomia político-administrativa. No final do século XIX, a área entre os rios Oiapoque e Araguari era economicamente dinâmica. A economia local era aquecida pela exploração da balata, do pau-rosa, da borracha, da pesca da gurijuba e da pecuária. A partir de 1893, a extração de ouro nos vales dos rios Cassiporé, Amapá Grande e Calçoene intensificou-se. A descoberta de grandes jazidas auríferas acirrou a histórica disputa entre franceses e brasileiros pelo domínio deste território. Além das vilas de Espírito Santo do Amapá e Calçoene, destacavam-se os povoados de Cunani, Cassiporé e Uaçá. No entanto, era na zona de extração de ouro que se adensava uma população de faiscadores. Segundo o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, já em maio de 1894, cerca de 6.000 pessoas habitavam o vale do rio Calçoene.¹¹

A querela diplomática dos limites entre Brasil e Guiana Francesa foi definitivamente resolvida quando o laudo do tribunal suíço reconheceu, em 1900, o direi-

⁹ ALMEIDA, Candido Mendes de. *Pinsonia*: ou elevação do território septentrional da província do Grão-Pará à categoria de província. Rio de Janeiro: Nova Tipografia de J. P. Hildebrandt, 1873, p. XI-XXIV.

¹⁰ *Ibidem*, p. V-VIII.

¹¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá*: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949, p. 98.

to brasileiro de soberania sobre a região.¹² Mas, durante toda a vigência do Contestado franco-brasileiro (1841-1900), esta região estava sob a responsabilidade do governo central, sediado no Rio de Janeiro. A falta de fiscalização governamental favoreceu a consolidação de uma rede que ligava a economia do Amapá aos mercados estrangeiros próximos. Nas palavras de Manuel Buarque: “[...] *todos que conhecem esta terra, desde o tempo do antigo Contestado, sabem perfeitamente que os negociantes desta região mantinham sempre relações comerciais com Caiena, Barbados e Demerara e nunca o Governo Federal aqui procurou salvaguardar os interesses do fisco nacional*”.¹³ Em 1901, esta região foi incorporada ao Estado do Pará e em 1902 foi transformada no município de Montenegro. Os munícipes esperavam então melhorias e investimentos oriundos da governança paraense. Mas, em geral, a situação permaneceria a mesma: o dinamismo econômico gerado pela exploração do ouro contrastando com a falta de uma infraestrutura mínima. Em 1920, representantes das diversas categorias sociais do município de Montenegro (nome que então recebia o município de Amapá) fizeram um abaixo assinado, denunciando ao presidente da República (Epitácio Pessoa) o descaso do governo paraense em relação à região, ou seja: a falta de escolas, hospitais e infraestrutura em geral. Pediam autonomia política da região em relação ao Pará.¹⁴

Nas três primeiras décadas do século XX, vários foram os enfrentamentos entre os moradores de Montenegro e os prepostos do governo paraense. Estes conflituosos episódios fizeram crescer na população local o desejo de autonomia política em relação ao Pará. Porém, isto só ocorreu em 1943, quando o governo de Getúlio Vargas criou os novos territórios federais, e dentre eles o do Amapá.

O Amapá em 1943

A crise da economia da borracha — que atingiu toda a Amazônia a partir de 1912 — abriu espaço para novas cogitações acerca da valorização econômica da região. De acordo com a doutrina da Segurança Nacional do Estado Novo, era necessário dar utilidade econômica para esta parte do Brasil, a fim de atrair para aí fluxos populacionais. Toda a região amazônica era vista pelas classes dirigentes nacionais como um imenso espaço a ser ocupado e valorizado. Transformar este

¹² Em 1841, no início do reinado de Pedro II, foi realizado um acordo entre os governos francês e brasileiro, determinando a neutralização da área entre os rios Oiapoque e Araguari. A criação do Contestado franco-brasileiro estabeleceu a suspensão da jurisdição exercida sobre esta faixa de terras pelos governos envolvidos na contenda. As leis e a composição da administração desta área passaram a ser definidas por seus moradores (CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. *Entre conflitos, negociações e representações: o Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX*. Belém: UNAMAZ e UFPA, 2008).

¹³ BUARQUE, Manuel. *O Amapá depois do laudo suíço*. Belém: Tipografia Casa Editora Pinto Barbosa de Nestor Camara, 1908, p. 27.

¹⁴ REIS, Arthur César Ferreira. *Território do Amapá*. Op. Cit. P. 178-180.

espaço numa grande fronteira agrícola tornou-se, então, uma importante meta governamental. A agricultura que se queria implantar aí não era aquela tradicional e voltada principalmente para a subsistência familiar ou comunitária, mas a regida pelas modernas técnicas de cultivo e geradora de volumosos excedentes comercializáveis.¹⁵

Utilizando recursos obtidos através dos *Acordos de Washington* para a chamada *Batalha da Borracha*¹⁶, o governo federal promoveu uma grande onda migratória de nordestinos para as áreas de estabelecimento de colônias agrícolas nacionais. Os representantes das agências oficiais viam a colonização como uma forma racionalizada de povoamento. Através da colonização os planejadores objetivavam mudar o histórico perfil de ocupação do território brasileiro. O direcionamento das correntes migratórias pelo governo corrigiria os problemas que o povoamento espontâneo havia criado. Problemas como a grande concentração populacional na faixa litorânea, que contrastava com a população rarefeita dos imensos sertões.¹⁷

E áreas de fronteira contestadas durante longo tempo preocupavam ainda mais o governo federal. Era o caso do Território Federal do Amapá, cujas terras foram disputadas diplomática e militarmente por franceses e brasileiros no curso de décadas e décadas. A descoberta de jazidas de ouro no rio Cassiporé e sua crescente exploração por faiscadores estrangeiros tornavam mais urgente, aos olhos do poder central, a tomada de medidas de nacionalização deste espaço. Além disto, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Amapá ganhou destaque porque em suas terras, no ano de 1942, os norte-americanos construíram uma base aérea, cuja localização era estratégica para a defesa do Atlântico Norte.¹⁸

¹⁵ A proposição da ruralização da sociedade brasileira — e especialmente dos chamados *sertões* — remontava às ideias reformistas formuladas por Alberto Torres, no início do século XX. Influenciado por Torres, Oliveira Vianna via no ruralismo uma propícia estratégia de desproletarização das classes trabalhadoras. Vianna postulava a formação de uma grande classe de pequenos proprietários rurais, como meio de prevenir o êxodo rural, as tensões urbanas e o desenvolvimento dos movimentos de cunho socialista. Nos anos 40 e 50 do século XX, inspirados neste ideal ruralista, os agentes do planejamento governamental tentaram antecipar-se a qualquer movimento espontâneo e modernizar o Norte do Brasil. Discutimos como a Amazônia foi percebida e caracterizada por autores vinculados ao pensamento nacionalista autoritário em: LOBATO, Sidney da Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur Cezar Ferreira Reis. *Diálogos*. Maringá: UEM/ DHI, vol. 13, n° 3, 2009, p. 625-642.

¹⁶ Por meio dos *Acordos de Washington* o governo brasileiro conseguiria realizar o reequipamento de suas forças militares e os EUA garantiam o fornecimento de produtos estratégicos e a instalação de bases militares no Nordeste e no Norte do Brasil. Foi em torno da questão do fornecimento da borracha para os EUA que se formou a maior onda migratória para a Amazônia, em meado do século XX. Entre 1941 e 1945, 55.339 nordestinos deslocaram-se para a Amazônia. O próprio nome da empreitada de elevação da produção gomífera, *Batalha da Borracha*, indicava que o vale amazônico estava conectado aos dilemas das forças aliadas e ao movimento transnacional (de: pessoas, matérias-primas, aeronaves, navios, submarinos, alimentos...) gerado pela Guerra (MARTINELLO, Pedro. *A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Tese de doutorado em História Econômica, USP, 1985).

¹⁷ LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

¹⁸ BARRETO, Cassilda. *Pássaros máquinas no céu do Amapá*. Brasília: Da autora, 2000.

Antes de serem criados os novos territórios federais, diversos estudos foram realizados para inventariar as características e os “*problemas*” de suas áreas. Em 1942, Moacir Silva, consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, apresentou dados referentes às regiões de fronteira da Amazônia que destacavam sua baixa densidade demográfica.¹⁹ No relativo à região que compôs o Território Federal do Amapá²⁰, podemos perceber uma grande controvérsia acerca dos dados populacionais exatos.²¹ Essa controvérsia resultava dos processos de contagem populacional ainda parcialmente baseados em estimativas. As variações, no entanto, se mantinham sempre dentro da faixa de classificação demográfica das “*terras despovoadas*” (abaixo de 1 habitante por km²).

Mas, apesar desta imagem de lugar quase desabitado, nas terras amapaenses havia núcleos urbanos antigos. Como destacamos anteriormente, muitos dos moradores destes núcleos estavam insatisfeitos com a dependência em relação ao governo sediado em Belém. Na alvorada do século XX, a extração de ouro e a exportação de peixe, pele e carne bovina para a Guiana Francesa dinamizaram a economia de Montenegro (futuro município de Amapá). Porém, como já exposto, esse dinamismo contrastava com a falta de serviços públicos básicos. Politicamente, a área entre os rios Oiapoque e Araguari sofria a influência de fazendeiros como Júlio Pontes e Arlindo Correia, que não hesitavam em enfrentar os representantes do governo paraense.²² Em 1941, a criação da mencionada base aérea norte-americana, para escala de aviões de guerra que fossem para a África e Europa, atraindo centenas de funcionários, estimulou o comércio local. Em 1943, quando Getúlio Vargas criou o Território Federal do Amapá, este município foi escolhido para ser a capital. Janary Nunes, então escolhido por Vargas para governar o recém-criado Território, alegou que o Amapá possuía dificuldades de comunicação

¹⁹ Os três municípios que compoariam o Território Federal do Amapá apresentavam os seguintes dados populacionais: Amapá com 6.496 habitantes (0,09 hab/km²), Macapá com 15.595 (0,80 hab/km²) e Mazagão com 8.217 (0,36 hab/km²) (SILVA, Moacir M. F. Geografia das fronteiras no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano IV, n. 4, out-dez. 1942, p. 764).

²⁰ O Território Federal do Amapá tinha os seguintes limites: linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa (noroeste e norte); Oceano Atlântico (nordeste e leste); Canal do Norte e o braço norte do rio Amazonas até a foz do rio Jarí (sul e sudeste); o rio Jarí, da sua foz até as cabeceiras na Serra do Tumucumaque (sudoeste e oeste). 143.716 km² formavam a superfície total do Território do Amapá.

²¹ Giorgio Mortara, consultor técnico do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE, num relatório datilografado de 1944, afirma que, em 1940, a população do Território Federal do Amapá estava assim distribuída: Amapá com 6.007, Macapá com 9.973 e Mazagão 4 196 (MORTARA, Giorgio. *A população de fato do Território Federal do Amapá nas suas novas fronteiras*. Mimeo, 1944 — CPDOC-FGV: GV, 00.00/8). Observe-se (apesar do hiato de apenas dois anos) a grande diferença numérica destes dados em relação aos apresentados por Moacir Silva (nota anterior). Devemos ressaltar que os estudos de Mortara e de Moacir Silva se referiam ao momento imediatamente anterior à criação do Território — quando ainda se verificava nesta área um ritmo lento de crescimento populacional.

²² BARRETO, Cassilda. *A rebelião rural no Amapá*. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 1999.

por via fluvial, e por sua vez Vargas transferiu o *status* de capital para o município de Macapá.²³

O município de Macapá, apesar de ser mais populoso que o de Amapá, tinha uma economia mais modesta. No início da década de 1940, os macapaenses sobreviviam basicamente da agricultura de subsistência (produzindo principalmente farinha de mandioca), da criação de gado, da pesca, da caça, do extrativismo vegetal (sementes oleosas, madeira e, sobretudo, látex), do pequeno comércio e do emprego público. A agricultura macapaense era extensiva: abriam-se clareiras na floresta através de queimadas (a coivara). A baixa fertilidade do solo era compensada pela possibilidade permanente de se abrirem novas clareiras.²⁴ Também havia em Macapá coronéis ricos e influentes, como Leopoldo Gomes Machado, Coriolano Finéas Jucá (comerciante cuja atividade atingia grande parte da região foz do Amazonas) e José Serafim Gomes Coelho, de quem Clodóvio Gomes Coelho herdara a propriedade da vila de Santa Engrácia, localizada no atual centro histórico da cidade.²⁵

O município de Macapá ocupava a região central do território. Ao sul ficava localizado o município de Mazagão, que possuía uma atividade expressiva de extração de castanha, borracha e óleos vegetais, bem como a pecuária extensiva (com gado bovino e bufalino). Entre 1898 e 1948, o coronel e seringalista José Júlio de Andrade exerceu forte influência na vida econômica e política da região. Era dono de vasta propriedade, onde estabelecia um regime de rigoroso mandonismo. José Júlio comandava o trabalho de extração de látex no vale do rio Jarí²⁶, que funcionava segundo o *regime de aviamento*.²⁷

Portanto, em 1943, Amapá era um território de diversidades sociais, econômicas e culturais. De modo geral, podemos afirmar que já havia nos anos 40 do século passado alguma produção de excedentes locais que vinculava esta área aos mercados regional, nacional e internacional. No entanto, ainda de modo geral, esta vinculação não provocara a modernização dos fatores de produção e circulação de

²³ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 134.

²⁴ GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

²⁵ BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens ilustres do Amapá*. Macapá: Governo do Estado do Amapá/ Departamento de Imprensa Oficial, 1997, 71-78.

²⁶ RAIOL, Osvaldino. *A utopia da terra na fronteira da Amazônia: geopolítica e o conflito pela terra no Amapá*. Macapá: O Dia, 1992, p. 207-212.

²⁷ No *regime de aviamento* o seringueiro era envolvido num sistema de endividamento que iniciava tão logo aceitasse o trabalho nos seringais — aonde já chegava devendo passagens, alimentos da viagem e os instrumentos de trabalho. A cada safra o seringueiro aumentava seu débito e não poderia sair do seringal enquanto devesse (o que geralmente era garantido por meio do policiamento de milícias armadas). O seringalista funcionava como elo de ligação entre os fornecedores de mantimentos (donos das casas aviadoras de Belém) e os seringueiros. As casas aviadoras negociavam com os exportadores da borracha. A geração de riquezas neste sistema não concorria para o aprimoramento dos fatores de produção. O crescimento da produção de borracha se dava apenas pela expansão da área de extração (que cedo esgotava seu potencial econômico).

mercadorias: a definição do lugar e do tempo de trabalho sofria forte influência da natureza.

O projeto janarista e o modo de vida local

Uma vez criado o Território Federal do Amapá, era necessário escolher o seu governador. Como no caso dos interventores estaduais, a decisão cabia ao presidente da República. E, como nas interventorias estaduais, o governador deveria ser um dos oficiais da ativa do Exército. Dois capitães foram indicados: Emanuel de Almeida Moraes e Janary Gentil Nunes. Este último, por sua experiência e reconhecida atuação no Norte, foi o escolhido por Vargas.

Gentil Nunes nasceu em 1912, no município de Alenquer, no Pará. Em 1930, aos 18 anos ingressou na Escola Militar do Realengo, no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro). Entre 1936 e 1937, serviu no pelotão de Clevelândia do Norte. No ano de 1938, foi para Curitiba, no Paraná, para cursar instrução no Centro de Transmissão da 5ª Região Militar — no qual foi primeiro colocado. Neste mesmo ano, publicou o livro *Bandeira do Brasil*. Tornou-se diretor técnico da Federação de Escoteiros do Paraná e Santa Catarina, região que na época era alvo da campanha de nacionalização das colônias de imigrantes, principalmente alemães. Em 1939 Janary Nunes foi secretário e relator da Comissão Interministerial do Exército, Marinha, Justiça e Educação, quando colaborou na elaboração do Decreto-Lei 43.545 (de 31 de julho de 1940) que regulamentou o culto aos símbolos nacionais. Janary assumiu em 1940 o comando do Pelotão do Oiapoque. Em 1942, foi indicado para liderar a 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas, responsável pela defesa da Base Aérea de Belém, durante a Segunda Guerra Mundial. E, em 27 de dezembro de 1943, foi nomeado governador do Território Federal do Amapá.²⁸

No dia 25 de janeiro de 1944, num avião da Força Aérea Brasileira, Janary Nunes chegou a Macapá para a instalação do novo governo territorial. Acompanhavam-no a sua esposa, Iracema Carvão Nunes e seus dois filhos, assim como o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, alguns deputados e convidados. Neste dia, também chegaram a Macapá, por via fluvial, vários membros das camadas mais abastadas de Belém e das ilhas circunvizinhas. Todos interessados em assistir a posse daquele que aos 31 anos de idade trazia um histórico de destacadas atividades militares. Na cerimônia de posse — ocorrida na sede antiga Intendência de Macapá — o Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, interventor do Pará, leu o ato de transferência dos bens patrimoniais do Pará para o Território Federal do Amapá.

²⁸ BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 75-76.

Durante os seus doze anos de governo — no dia 1º de fevereiro de 1956 foi nomeado presidente da Petrobrás — Janary procurou evidenciar que o dia 25 de janeiro de 1944 foi um marco histórico que dividiu em dois momentos radicalmente distintos a história das populações das terras do novo território. Nos dias 25 de janeiro ocorriam atividades como: apresentações diversas, campeonatos esportivos, inaugurações, churrascos, passeios e bailes. Neste dia, o jornal *Amapá*²⁹ apresentava edições especiais, com um número maior de páginas ou vários cadernos com fotos e crônicas sobre as principais realizações do governo.³⁰

Deste modo, ocorria a tentativa do estabelecimento de uma narrativa histórica para os amapaenses, na qual a posse de Janary simbolizava o fim de um período de pessimismo, abandono, caos, atraso, doenças, analfabetismo, superstição, pobreza e invisibilidade. Iniciava então um luminoso momento de otimismo, patriotismo, progresso em todos os aspectos socioeconômicos. Contra a impressão de continuidade da completa falta de assistência da administração pública aos moradores, o governo procurava dar destaque àquilo que seus representantes realizavam e diziam. Apresentar suas realizações também era uma das principais estratégias de Janary para obter o apoio do governo federal. Em abril de 1945, quando esteve no Distrito Federal, o governador do Amapá entregou ao presidente Vargas e ao então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, um álbum de fotos nas quais figurava “o estado de abandono em que encontrou aquela região ao assumir o cargo” e as realizações do seu governo.³¹ Fotografias de obras e serviços povoam os relatórios governamentais e as páginas do jornal *Amapá*, fazendo ecoar a mensagem de que havia algo novo a ser reconhecido pelos amapaenses.

O discurso e a prática janaristas estavam ligados a um ambicioso projeto político de modernização da sociedade. À luz do projeto governamental, os discursos e narrativas procuravam evidenciar o sentido da obra que se estava realizando: a superação do “atraso” socioeconômico do Amapá. Contudo, este projeto não estava livre de críticas. E por vezes elas partiram de pessoas que faziam do grupo que compunha a administração territorial. O aspecto mais criticado na administração janarista por aqueles que a testemunharam não foi a existência de uma incoerência entre plano e ação governamentais. Foi a incapacidade de Gentil Nunes se relacio-

²⁹ Semanário criado em 1945, o jornal *Amapá* era utilizado pelo governo territorial para apresentar suas realizações e difundir seus ideais. Suas páginas traziam também: poemas, anúncios, crônicas, entre outros.

³⁰ Como exemplo, destacamos um trecho do Editorial do número especial do jornal *Amapá*, de 25 de janeiro de 1952: “se o Amapá caminhou mais célere do que outros recantos do país, projetando-se em evidência no cenário econômico e social da Pátria, deve-se ao entrosamento produtivo entre o seu Governo e o seu povo, que sempre marcharam unidos na árdua e gloriosa missão de soerguimento do Território. Foi graças a essa coesão de ideais que nasceu e cresceu, florindo e frutificando, a mística do Amapá, tornando esta terra de heróis e de sofrimentos, numa das mais promissoras esperanças do Brasil atual” (Oito anos de batalha territorial [Editorial]. *Amapá*. N. 358 (1ª secção), de 25/01/52, p. 1). Grifo do original.

³¹ O Governador Janary Nunes e sua permanência no Rio de Janeiro (do correspondente no Rio de Janeiro). *Amapá*. Nº 04, 14/04/1945, p. 01.

nar dentro de um espírito democrático com posturas, propostas, projetos e valores divergentes dos seus. A intransigência de Janary se fez notar em diversos momentos. Aliás, isto levou alguns de seus apoiadores tornarem-se opositores. Por exemplo, Amaury Guimarães Farias, que foi assessor técnico do gabinete governamental, em 1958 entrou para o PTB, que fazia oposição ao PSD, partido de Janary. Farias assim descreveu a intolerância política de Janary: “*se alguém quisesse divergir das ideias do governo, esse alguém seria uma persona non grata*”. Mas se opor ao governador era uma decisão muito perigosa, pois no Amapá só havia dois empregadores: o governo e o governo.³²

Além de não ter sido realizado de forma democrática, o projeto janarista possuía um fundamento ideológico etnocêntrico, que não tinha como meta simplesmente responder às demandas internas da sociedade amapaense. Seu objetivo era mais ambicioso: reorganizar a vida com base em novos valores e hábitos. Este objetivo se chocava em muitos aspectos com o modo de vida da maior parte da população territorial. O papel ativo do Estado no processo de modernização da sociedade brasileira se fez sentir no Amapá e na Amazônia de forma clara e ampla³³, uma vez que este se achava então diante de uma sociedade cujo modo de vida — algo heterogêneo — estava mais distante dos valores chamados de *modernos*. As necessidades regionais muitas vezes não coincidiam com a perspectiva defendida pelo governo federal. Por exemplo, a valorização da produção em grande escala levava os técnicos e políticos dos governos federal e territorial a reprovar a falta de ambição — leia-se desejo de acumular riquezas — de muitos ribeirinhos, que produziam principalmente para o próprio consumo. Por isso, Janary, em 1946, convocou todas as categorias de trabalhadores para ajudar na conversão do homem local, dizendo:

precisamos reagir contra esse vício que bem revela o desprezo pela produção. Há falta de ambição e de eficiência. Combatamos essa tara de nosso caráter e de nossa formação. De nada adiantará o esforço isolado. Levemos para a barraca do agricultor, do seringueiro, do pescador, do castanheiro, para todos os lares da Amazônia, dos que moram nas cidades, dos que se juntam em torno dos ‘barrações’ ou dos isolados nas beiras dos rios sob a sombra da selva — a evidência da necessidade de **produzir mais**. Esse será o caminho

³² FARIAS, Amaury Guimarães. *Meus momentos políticos*. Macapá: [produção independente], s/d, p. 1.

³³ Nos centros urbanos do Sudeste, este papel também pôde ser percebido. Mas, de outro modo: no Sudeste, forças modernizadoras presentes na sociedade e na economia (agentes da urbanização e da industrialização) criavam demandas sociais que o Estado procurava atender. Contudo, os diversos setores e classes sociais dos centros mais urbanizados tinham demandas diferentes e, frequentemente, contraditórias. O governo Vargas teve que enfrentar, por exemplo, os choques de interesses entre patrões e empregados das fábricas, e defender constantemente seu intuito de maximizar a socialização dos ganhos econômicos, dentro da ordem capitalista. O atendimento ou não das diversas demandas sociais estava sempre sujeito às diretrizes desenvolvimentistas do governo. Portanto, o Estado no pós-30 não pode ser identificado como meramente passivo na sua relação com os agentes sociais das cidades do Sudeste urbano.

da **redenção** do nosso caboclo e do levantamento do nível de vida do povo brasileiro.³⁴

As práticas tradicionais de cultivo e de extrativismo florestal das populações locais eram classificadas como primitivas e inadequadas à aceleração do crescimento dos índices econômicos do Amapá. As comunidades amapaenses foram convocadas a abandonar sua cultura (desdenhando-a como atrasada) em nome da adequação aos princípios do capitalismo. O governo federal, a partir de 1930, procurou organizar as relações sociais e produtivas no Brasil com base na *ética do trabalho*: um sistema de valores que condenava o gozo despreocupado do tempo livre, e valorizava o tempo produtivo, gasto no trabalho disciplinado e constante.

Além do regime de trabalho, outros aspectos do modo de vida local foram condenados. O principal meio de transporte no Amapá de meados do século XX era a canoa (chamada também de montaria). Após visita à região da foz do Amazonas, em 1947, o técnico do IBGE Jorge Pereira de La Roque destacou a importância das hidrovias na vida do “caboclo” e esclareceu que a palavra “igarapé” (que se refere a “um rio em miniatura”) é um nome tupi que significa “caminho de canoa”.³⁵ Os rios eram os principais caminhos utilizados pelos amapaenses interioranos. Através dos rios os regatões transportavam vários tipos de mercadorias para vendê-las aos ribeirinhos. Este aspecto da vida da maioria dos amapaenses era muito criticado pela classe dirigente territorial. Para esta classe, a modernização da sociedade local dependia da construção de uma rede rodoviária que tornasse mais rápido o deslocamento de pessoas e mercadorias e que funcionasse como meio de integração socioeconômica. Através das hidrovias, a viagem de uma localidade a outra do Território poderia demorar dias e uma simples ida à escola poderia durar horas. Os movimentos da maré (lançante e vazante), as maresias e as fortes chuvas podiam tornar as viagens muito mais difíceis.³⁶

Geralmente, o ribeirinho exercia duas ou três atividades econômicas durante o ano, conforme a estação climática. Por exemplo, no sul do Amapá, no período de intensas chuvas (de dezembro até julho), os extrativistas moravam próximo dos castanhais (nos altos e médios cursos dos rios) e durante os meses do verão (de agosto até novembro) se instalavam próximo dos seringais, nos baixos cursos. Quando eram lavradores, os amapaenses, na época da entressafra, se dedicavam também à caça de animais silvestres, à pesca, à coleta de sementes oleaginosas e à extração de látex. A cultura predominante em todo o Território era a da mandioca,

³⁴ NUNES, Janary Gentil. O caminho da redenção. *Amapá*. N. 52, de 16/03/1946, p. 1 (grifos do autor).

³⁵ LA ROQUE, Jorge Pereira de. *Viagem ao Amapá* — separata da Revista Brasileira de Geografia [n. 2 — ano XII]. Rio de Janeiro: IBGE e Conselho Nacional de Geografia, 1950, p. 299.

³⁶ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. *Na ilharga da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá — 1945 a 1970*. Belém: Açai, 2008, p. 56.

utilizada, principalmente, na produção da farinha. Outro aspecto importante da produção agrícola praticada no Amapá era o deslocamento constante para novas áreas de cultivo. A busca constante por terras novas era parte de uma *cultura itinerante*, na qual o agricultor era obrigado a fazer quase anualmente novas devastações. O regime de trabalho das populações rurais amapaenses (e mesmo amazônicas) era parte de um modo de vida marcado por atividades provisórias. Os deslocamentos sazonais para a extração de borracha, da castanha, das sementes oleaginosas e de outros produtos se combinavam com migrações, menos frequentes, decorrentes da abertura de novos roçados.³⁷

Na perspectiva governamental era imprescindível fixar o homem, ou seja, através do emprego de modernas técnicas, liberá-lo do influxo das cambiantes forças naturais (marés, estações, dispersão dos recursos florestais e outros). O caráter provisório do modo de vida do ribeirinho era combatido até mesmo no seu aspecto material mais evidente: a casa. No artigo “Lar para o cabôclo” — publicado na *Revista do Amapá* de maio de 1947 — Janary Nunes afirmou: “*se ao invés duma sórdida barraca de palha, com piso de paxiúba, o homem do interior trabalhar durante meses seguidos, na edificação de uma casa digna, coberta de telha ou de cavaco, assoalhada de madeira de lei, arejada e sólida, ficará prêso à sua obra e ao suor que gastou para erguê-la*”. E, referindo-se ao caboclo, completou: “*convencê-lo e levá-lo para a construção da casa digna e da prática dos hábitos sadios, criar a tradição do lar, é a missão que incumbe à escola, às elites, ao Governo e a todos os que sonham com dias mais felizes para a Amazônia*”.³⁸ Portanto, a edificação de um tipo de casa com maior volume de trabalho agregado era percebida por Janary como um avanço importante no processo de sedentarização das populações amapaenses.

Para os governos, tornar moderna a vida nos sertões do Brasil em meado do século XX era fazer do “caboclo” um sedentário e, ao tempo da natureza, sobrepor o tempo do relógio — o tempo da produção constante, enfim, o tempo transformado em valor, em dado absoluto e não relativo. Os ocupantes dos mais altos cargos do governo federal tinham uma percepção negativa das formas tradicionais de subsistência dos trabalhadores rurais da Amazônia e, fascinados pela modernidade dos países industrializados, pregavam a necessidade urgente de superá-las.

Palavras finais

A política modernizadora estandardizada pelo governo amapaense tinha o objetivo de fazer desaparecer a cultura local — que era percebida como atrasada e

³⁷ MARTINS, José de Souza. Vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 664.

³⁸ NUNES, Janary Gentil. Lar para o cabôclo. *Revista do Amapá*. Macapá, maio — 1947, ano 2, n. 3, p. 5-6.

inferior. Ao serem vistos como ignorantes, os ribeirinhos, os extrativistas e lavradores amapaenses eram também expropriados do poder de dizer o que era melhor para si, de participar ativamente do planejamento estatal. Assim, a voz do povo simples não era ouvida como *palavra* (na qual se reconhece uma inteligência, uma lógica ou um sentido), mas como *barulho*. Afinal, como nos lembra Rancière: “há política porque o logos nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissoluvelmente a contagem que é feita dessa palavra: a contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto uma outra é apenas percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta”.³⁹

Por outro lado, o intervencionismo federal fez das áreas separadas dos velhos estados espaços controlados ou politicamente dependentes. A autonomia do Amapá esteve longe de ser completa nas quatro primeiras décadas que sucederam a criação deste território. Principalmente porque seus governadores não eram eleitos pela sociedade local e porque as dotações orçamentárias e o planejamento dos destinos desta terra eram muito dependentes das decisões do executivo federal. A autonomização política do Amapá fortaleceu-se com a transformação de tal território em estado (1988) e com a posse do primeiro governador escolhido pelo eleitorado amapaense (1990).

Artigo recebido em 21 de setembro de 2013.

Aprovado em 22 de maio de 2014.

³⁹ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 36. Grifos do autor.